



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo Físico nº: **0006081-28.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Exceção de Incompetência - Jurisdição e Competência**  
 Excipiente: **COOPERNORPI COOPERATIVA AGRÍCOLA DO NORTE PIONEIRO**  
 Excepto: **Têxtil Rossignolo Ltda**  
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

### CONCLUSÃO

Em 07 de agosto de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

**Nº de Ordem: 66/13**

### Vistos.

Trata-se de **EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA** interposta por **COOPERNORPI – COOPERATIVA AGRÍCOLA DO NORTE PIONEIRO** nos autos da **AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE TÍTULO DE CRÉDITO** em que contende com a **TEXTIL ROSSIGNOLO LTDA**.

Alega a excipiente que a ação deveria ter sido proposta na Comarca de Atibaia aonde está situada sua sede, nos termos do disposto nos artigos 100, inc. IV, “a” do CPC.

A excepta apresentou resposta a fls. 37/38 alegando que o foro competente deve ser fixado pelo local de pagamento dos títulos, ou seja, esta Comarca de São Carlos. Pediu a improcedência da exceção.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

É esse, na síntese do necessário, o **RELATÓRIO**.

### **DECIDO.**

Da leitura da inicial da ação ajuizada pela excepta, podemos extrair que foram formulados dois pedidos cumulados, quais sejam, a declaração de inexigibilidade de débito e a sustação definitiva do protesto do título discutido.

Cuida-se, como se vê, de **cumulação sucessiva**, onde há relação de prejudicialidade entre os pedidos, tendo em vista que o resultado do primeiro (declaração de inexigibilidade de débito) repercute no segundo.

Logo, imperioso reconhecer que o **pedido principal é a declaração de inexigibilidade do débito que deu origem ao protesto**, pois só sua eventual procedência é que ensejaria o exame e deferimento do segundo pedido.

**Para fixação da competência o Juízo deve ter em mente o pedido principal**, que no caso em tela é a declaração de inexigibilidade de débito, aplicável ao caso em tela o quanto disposto no artigo 94, caput, cumulado com o artigo 100, inciso IV, alínea “a” do Código de Processo Civil.

Desse modo, e sendo a excipiente pessoa jurídica com sede em Atibaia, é de rigor o **acolhimento da exceção de incompetência arguida**.

Nesse sentido o seguinte aresto, julgado recentemente pelo TJSP:

“AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXIGIBILIDADE DE



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

TÍTULO – PROPOSITURA NO LOCAL DO PROTESTO DO TÍTULO –  
 COMARCA DE LENÇÓIS PAULISTA – EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA  
 ACOLHIDA PARA DETERMINAR A REMESSA PARA COMARCA DE ATIBAIA  
 ONDE TEM DOMICÍLIO A RÉ – SEM REPAROS – COMPETÊNCIA DEFINIDA  
 PELOS ARTS. 94 E 100, IV “a”, AMBOS DO CPC” – Agravo de Instrumento n.  
 2021320-87.2014.8.26.0000 – Comarca de Lençóis Paulista – Agravante: OMI  
 DO BRASIL TEXTIL S/A e Agravado: COOPERNI COOPERATIVA AGRÍCOLA  
 DO NORTE PIONEIRO.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta,  
**ACOLHO O PRESENTE PEDIDO DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA**  
 determinando a remessa dos autos a uma das Varas da Comarca de Atibaia.

Após o decurso do prazo para recurso, dê-se  
 baixa nos apontamentos pertinentes e encaminhem-se os autos via malote.

**P. R. I.**

São Carlos, 19 de agosto de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**